

ESTRANGEIRISMOS: QUESTÃO LINGÜÍSTICA E IDEOLÓGICA

Terezinha da Fonseca Passos Bittencourt
LLP/UFF

Tratar do tema relativo aos empréstimos lingüísticos implica necessariamente invadir dois campos que se devem manter bem distintos: o campo da ideologia e o campo da ciência. Por envolver questões de natureza ideológica e questões de natureza lingüística, constitui-se em verdadeira *vexata quaestio* quer para os usuários da língua quer para os que refletem acerca de seu uso, pois todos, falantes e lingüistas, se julgam com o direito legítimo de opinar acerca da linguagem. Decorrem daí as acusações inflamadas, quando se vai discutir o tema, de nacionalismos, xenofobias, purismos etc.

A questão provoca tanta polêmica que a expressão que serve para designá-la, “empréstimo lingüístico”, é fruto de um eufemismo, forma evidente de amenizar ou mascarar seus aspectos melindrosos. Com efeito, “empréstimo” é um termo bastante polido, mas longe está de revelar com propriedade o que ocorre efetivamente, pois não se trata de empréstimos as contribuições fornecidas por uma língua à outra, mas de verdadeiras usurpações feitas sem cerimônia e sem que haja protesto algum por parte do suposto espoliado. Entre os usurpadores ou devedores e não entre os supostos credores ou usurpados é que se instala o conflito, manifestado por duas apaixonadas facções: de um lado, aqueles que julgam constituir enriquecimento para o idioma a incorporação de vocábulos oriundos de outras terras; de outro, aqueles que julgam não apenas empobrecimento mas até ameaça à soberania nacional a circulação de termos não vernáculos. Quer de um lado quer de outro, todos entendem estar defendendo a língua portuguesa, muito embora não fique claro o que se entende por “defesa” e menos ainda de que modo um sistema abstrato como a língua possa ser “atacado”. Ao ouvirem-se os argumentos apresentados pelas duas facções, tem-se a sensação de que ambas estão corretas em seus pontos de vista, embora as razões apresentadas para sua defesa sejam diametralmente opostas. Como se explica tal contradição? O que se quer efetivamente defender? Quem ou o quê constitui ameaça à língua?

Na verdade, trata-se de uma contradição aparente, pois existe aí envolvida uma dupla perspectiva concernente a dois diferentes saberes, que tem de ser levada em conta, se se almeja investigar a questão em todos os seus aspectos. Trata-se do conhecimento do falante e do conhecimento do lingüista.

O saber do falante consiste num *saber de experiências feito*, isto é, no conjunto de regras que lhe permite produzir e interpretar textos. O saber do lingüista, por seu turno, consiste num saber reflexivo, isto é, num conjunto sistematizado de postulados e de princípios que visam a explicar o saber do falante. Trata-se, por conseguinte, de dois distintos saberes que devem ser mantidos separadamente por intermédio da formalização.

Todavia, se é possível separarem-se os dois saberes através do processo de abstração, não se pode concretamente separar-se o falante do lingüista. Dizendo de outro modo, o falante, ao proceder a reflexões de caráter metalingüístico, sejam tais reflexões corretas ou incorretas, sai da posição de mero falante e adota a posição do lingüista. Ocorre que, se em outras ciências o instrumento utilizado é distinto do objeto examinado, no campo da pesquisa lingüística tal não se verifica, pois instrumento e objeto se manifestam concretamente no mesmo fenômeno, só podendo distinguir-se pela formalização e o sujeito que investiga o objeto é o mesmo indivíduo que o utiliza. Justifica-se, assim, a confusão que naturalmente se estabelece entre as duas dimensões do conhecimento, a dimensão do falante e a dimensão do lingüista.

Tal confusão permitiu recentemente que um deputado, sem nenhuma formação metalingüística e, portanto, sem reunir as condições necessárias para se imiscuir em terreno dos lingüistas, apresentasse um projeto-de-lei em que propunha a proibição do uso de estrangeirismos em todo o território nacional. Claro está que os estrangeirismos a que se refere são as palavras inglesas cuja circulação se dá hoje em dia livremente nos atos mais corriqueiros de fala.

O lingüista Eugenio Coseriu costuma afirmar em suas obras que o falante tem sempre razão, já que a língua existe para o falante e, não, para o lingüista. Por isso, insiste o mestre romeno, o ponto de partida de qualquer investigação lingüística é sempre o conhecimento do usuário. Assim, o falante, na condição de falante, está apto a utilizar-se do instrumento verbal por conhecer-lhe as regras de funcionamento, sem as quais não poderia falar; todavia, ao fazer afirmações acerca desse instrumento, já não está mais na situação de mero usuário, mas na de lingüista e, nessa condição, precisa de um instrumental teórico que só possuirá se se tiver dedicado à sua investigação, caso contrário, suas afirmações pertencerão ao vago e indefinido terreno da doxa, da opinião, do gosto, e, não, ao terreno da ciência, do exame, da análise de princípios e de postulados. No que concerne ao nosso tema, cabe ao falante acolher e utilizar determinada expressão estrangeira ou simplesmente rejeitá-la e, ao lingüista, explicar as razões pelas quais foi acolhida ou recusada. Claro está que não se quer dizer que o lingüista deva ignorar ou desconsiderar a concepção manifestada pelo falante, por se tratar de meras opiniões a respeito da língua, mas, sim, que trabalhos de natureza metalingüística é tarefa do lingüista e, não, de falantes bem ou mal intencionados...

Entretanto, se se pode e se deve, através da abstração, fazer-se a separação dos dois saberes, lingüístico e metalingüístico, na prática, não é tão simples assim, sobretudo quando se trata da linguagem. De fato, se ninguém tem coragem de se aventurar a postular princípios para a física quântica sem haver, efetivamente, estudado o tema, no que concerne às questões de natureza lingüística, todos pensam ter autoridade para dar palpite, propor soluções e indicar caminhos, haja vista o referido projeto apresentado à Câmara dos Deputados. Essa duplicidade de papéis ocorre em virtude de, no primeiro caso, o sujeito não ter conhecimento algum de determinada ciência, sem antes estudar e, no segundo, já possuir um conhecimento prévio acerca do que está tratando, conferido por seu próprio saber lingüístico.

Certo é que todos, numa medida maior ou menor, acabam por vestir a roupa do cientista e fazer afirmações metalingüísticas. Até Camões se deixou seduzir pela tentação e, n'Os Lusíadas, discurso fundador da língua portuguesa moderna, o grande poeta épico, fazendo sua profissão de fé em defesa da língua, afirma que cantará a grande façanha lusa, *na língua, na qual, quando imagina, com pouca corrupção crê que é a latina*.

É bastante sugestivo o fato de Camões apresentar em seu poema uma reflexão acerca da língua portuguesa, pois isso revela que, no século XVI, a língua já era considerada uma substância separada da atividade verbal e dos sujeitos. É com base nessa forma objetivada que a língua passa a ser vista por seus falantes como uma instituição social, como algo que representa efetivamente uma determinada comunidade e com ela se identifica.

Tal objetivação, ademais, torna-se ainda mais contundente e real se a língua se manifesta também por uma forma escrita, pois esta confere ao caráter evanescente, efêmero e instável da oralidade um registro concreto, apreensível pela visão, fixado de uma vez no papel. Assim, as palavras importadas ostentam seu caráter forasteiro não tanto pelos ouvidos quanto pelos olhos, através de seu uso nos jornais, revistas, cartazes. Por isso mesmo é que as chamadas *questione della lingua* começaram a tomar corpo na Renascença, pelas mãos dos humanistas, que sentiam a necessidade imperiosa de afirmar a existência e a nobreza dos idiomas vulgares em face do latim, ou seja, a afirmação de sua capacidade para um uso considerado elevado e superior, digno de ser registrado pela forma escrita. E, não por acaso, é justamente no século XVI que a ortografia começa a ser discutida, normatizada e posteriormente, padronizada.

Seguramente, a contenda entre os adeptos da e os contrários à incorporação dos vocábulos estrangeiros não encontraria as condições propícias para sua manifestação, no período medieval, durante o qual os Estados nacionais ainda não estavam constituídos, o que prova de modo inquestionável tratar-se,

conforme dissemos inicialmente, não apenas de uma questão exclusivamente lingüística – como querem os que trabalham com a linguagem – mas de um problema cujas raízes também se encontram no plano ideológico, político e econômico.

A língua constitui-se em *conditio sine qua non* de existência de qualquer cultura, por abrigar o saber comum de seus membros, por ser o principal elo de continuidade entre as diferentes gerações, por ser, enfim, a principal via de transmissão da própria cultura. Só vista dessa forma, enquanto vínculo entre os membros de uma comunidade, é que se pode explicar a necessidade que sentem as nações de possuírem sua própria língua, algo que as identifica e lhes confere uma identidade própria. A nossa língua é a nossa pátria, porque é através desse instrumento sofisticado e fascinante que o universo adquire existência, que as sombras do caos se desvanecem, que o homem se instaura como sujeito de uma história.

Todo homem fala, mas fala necessariamente uma língua, já que não há falar que não se manifeste através de uma técnica historicamente determinada. Isso significa dizer que o homem se apresenta sempre como sujeito de uma comunidade lingüística, assumindo-se como indivíduo integrante de uma tradição cultural e, o que é mais importante ainda, com a consciência de que faz parte dessa comunidade, identificada por ele próprio e pelos outros membros das demais comunidades, através, primordialmente, da consciência que seus membros possuem de que falam a mesma língua.

Reside, pois, na própria natureza de atividade semiológica e comunicativa do fenômeno lingüístico, de atividade através da qual o mundo é conhecido e apreendido consoante categorias, formas e esquemas comuns a todos os membros de uma comunidade, a razão pela qual o homem adquire a consciência de estar em comunhão com outros indivíduos que com ele compartilham formas comuns de apreensão do mundo.

Assim, a “defesa da língua” contra as “invasões bárbaras” constitui-se, a rigor, como afirmação da identidade de um povo, como a proclamação de seu prestígio cultural, como a delimitação de seu espaço político, como o reconhecimento de seu projeto de Estado, como a manutenção de sua consciência histórica. Já se vê que o ato de acolher ou de rejeitar determinado vocábulo estrangeiro aponta primeiramente para um ato de conseqüências políticas.

E a própria história da língua portuguesa corrobora o que estamos afirmando. De fato, se hodiernamente, a “defesa da língua” faz-se contra os “ataques” perpetrados pela “língua inglesa”, no século XVI, quando, conforme dissemos anteriormente, as *questionne della lingua* começaram a se manifestar, seus defensores desejavam protegê-la contra o idioma espanhol, exatamente na época em que a Coroa portuguesa se uniu à Coroa espanhola. Com a res-

tauração da autonomia portuguesa a celeuma terminou, no que toca à importação de vocábulos espanhóis, para recomeçar com a questão dos galicismos, que deram lugar, na atualidade, aos anglicismos.

Todavia, o falante passa ao largo de toda essa discussão e, independente de leis, decretos e regulamentos, independente dos ataques de uns e da defesa de outros, independente, enfim, do fato de a palavra haver atravessado os mares nas impávidas caravelas do colonizador europeu ou haver cortado os oceanos na dolorosa travessia dos infames navios negreiros, o falante faz dela uso consoante suas necessidades, importando os signos para seu consumo do mesmo modo que importa com idêntica finalidade roupas, canções, instrumentos: orientando-se pelas leis do intercâmbio comunicativo.

Nesse intercâmbio permanente, a certidão de nascimento das palavras pode-se apagar, seu atestado de origem pode esmaecer-se de tal forma que, depois de certo tempo, ou se transforma em apátrida, passando a pertencer a todos os povos simultaneamente – como ocorre via de regra com os chamados termos técnicos – ou adquire a naturalização e o *status* de cidadã do país que a acolheu, podendo gozar de todos os privilégios concedidos às suas irmãs nacionais.

Quem, na atual sincronia, reconheceria a origem africana de *banana*, *cachaça*, *cachimbo*, *macaco*; a origem malaia de *bule*, *orangotango*, *junco*, *charuto*; a origem persa de *divã*, *laranja*, *paraíso*, *azul*, *jasmim*; a origem francesa de *blusa*, *creche*, *detalhe*, *departamento*, *restaurante*, *garagem*; a origem italiana de *alarme*, *bancarota*, *bacana*, *esquadrão*; a origem árabe de *xarope*, *gaita*, *alicate*, *algema*, *armazém*, *arsenal*; a origem germânica de *bigode*, *guerra*, *trégua*, *sabão*, *banho*, *bando*, *fralda*, *roupa*; a origem provençal de *anel*, *alegre*, *artilharia*, *rouxinol*, *viagem*; a origem turca de *jaleco*, *lacaio*, *sandália*; a origem espanhola de *pandeiro*, *quadri-lha*, *galã*, *lagartixa*, *mochila*, *rebelde*; a origem nuaatle de *tomate*, *cacau*, *chocolate*? Certamente, apenas os especialistas. Com toda a certeza, entretanto, qualquer falante lusófono reconheceria sem grande dificuldade, na atual sincronia, a origem inglesa das palavras *out-door*, *ice-tea*, *play-ground*, *happy hour*, *hot-dog*, *light*, *diet*, mas ficaria em dúvida sobre a origem anglófona de *clube*, *futebol* e *gol*.

A constatação de que algumas palavras, na consciência dos falantes, apresentam-se como estrangeiras, ao passo que outras, embora não sendo também vernáculas, apresentam-se como tais para seus usuários, levou alguns lingüistas a fazerem a útil distinção, no que concerne aos estrangeirismos, entre xenismos, peregrinismos e empréstimos. Os xenismos incluiriam aquelas palavras que permaneceriam efetivamente estrangeiras. Os peregrinismos abrangeriam os termos estrangeiros incorporados à língua nessa condição, mas já integrados aos hábitos lingüísticos dos falantes. Os empréstimos propriamente

ditos só acolheriam os termos já vestidos com as características da língua recebedora de tal forma que não fosse mais possível reconhecer sua origem estrangeira. É evidente que tal distinção leva em conta as sucessivas fases de inovação, adaptação e consolidação de um novo signo na língua.

No litígio estabelecido entre os defensores e os detratores dos vocábulos estrangeiros, a questão só se refere à fase inicial da palavra, a que se denomina *xenismo*, ou seja, enquanto o novo signo guarda ainda características e marcas que o identificam como não pertencente à língua portuguesa. E mais, a polêmica se trava sempre com relação à incorporação de palavras estrangeiras de uma língua especial, aquela falada no país com hegemonia política e econômica em determinado momento. Tanto é verdade que se encontram relatos acerca das propostas de substituição de determinados vocábulos estrangeiros não só por vocábulos vernáculos mas também por outros vocábulos igualmente estrangeiros. Assim, por exemplo, entre nós, alguém, alegando a origem não vernácula da palavra *futebol*, propôs sua substituição por outra não menos estrangeira, *balípodo*, formada por unidade oriunda do grego.

Vale lembrar que propostas análogas de banimento ou de substituição de palavras estrangeiras também foram feitas em outros países e pelas mesmas razões, e, curiosamente, encontraram abrigo entre aqueles que, durante largo período, mais invadiram o léxico das outras línguas, haja vista a polêmica travada na França acerca da invasão da língua inglesa em território francês. E, nesse caso, o mais interessante ainda é o fato de o inglês apresentar um léxico constituído em grande parte por palavras oriundas do francês.

Assim, as palavras, muitas vezes, depois de longo período de permanência num país estranho, acabam, em virtude de razões inteiramente extralingüísticas, por retornarem ao ponto de partida, vestidas, entretanto, com a roupa do povo que as abrigou e perdendo os traços que lhes marcavam o lugar de origem.

Todos esses fatos comprovam a presença da questão ideológica subjacente à questão propriamente lingüística dos empréstimos. Da Baixa Idade Média até mais ou menos a Segunda Grande Guerra eram os galicismos que constituíam o motivo da desavença; com a ascensão dos Estados Unidos da América, no período do pós-guerra, ao posto de nação dominante no cenário do mundo ocidental, os francesismos foram abandonados em proveito dos anglicismos e o conflito passou a se estabelecer em torno dos vocábulos oriundos da língua inglesa. Esta, embora seja atualmente objeto de perseguições em função dos vocábulos despejados em outras línguas, surpreendentemente, consoante Sturtevant (1965: 122), *contains more borrowed words than any other of the cultivated languages of Europe*.

A atividade lingüística possui a finalidade dupla de apreender o real e manifestá-lo. Uma vez que o mundo está em permanente transformação, há

necessidade constante de se criarem novos signos para dar conta dos novos instrumentos, objetos, conceitos que passam a integrar a vida dos indivíduos. Se uma nação se incumbe da tarefa de dar forma lingüística aos novos empreendimentos humanos, nada mais natural que as outras façam uso das práticas invenções. Daí que, criados novos objetos num determinado campo do conhecimento e novos signos para designá-los no interior de uma comunidade lingüística, é natural que todos, independente da língua falada, acabem também por adotar a invenção. Com essa atitude recomendável, dispensa-se o trabalho árduo de procurar termos apropriados para designar algo que já foi nomeado, economiza-se energia e se facilita o intercâmbio comunicativo, garantindo-se maior eficácia na informação a ser transmitida. Basta observarmos as recentes criações lingüísticas na área da informática, para verificarmos que se trata de termos chegados através da língua inglesa de que todos nos apropriamos, como mostram os seguintes exemplos: *software, hardware, internet, mouse, download, e-mail, home page, site* etc.

Ocorre, todavia, que quem fala não quer apenas informar, quer também persuadir, dissuadir, comover, demover, suplicar, ordenar, evocar. Na atividade verbal concreta, o falante emprega as palavras tanto para informar quanto para expressar e apelar, emprega-as não apenas para representar o real mas também para evocá-lo. De fato, o signo – por funcionar numa complexa rede de relações com outros signos, lingüísticos e não lingüísticos – tem o poder demiúrgico de dar existência a mundos possíveis, de estabelecer vínculos entre tradições diversas, de traduzir ideologias de sistemas políticos antagônicos. Trata-se da função evocativa da linguagem, função que, como mostra Eugenio Coseriu, permite que nos discursos se estabeleçam conexões entre culturas distintas, interpretações acerca da atitude do falante, associações entre diferentes visões políticas.

Quando o falante seleciona uma palavra com características que o levem a identificá-la como estrangeira, não o faz por acaso, ao contrário, tem a consciência plena do que quer e da finalidade em virtude da qual precisa evocar determinada realidade histórica, certo sistema ideológico, alguma concepção política. Lembro-me quando os alunos do Curso de Letras da UFF programaram um evento denominado por eles de *UFFantasy*; perguntei-lhes por que não o chamaram de *Festa à fantasia da UFF*, ao que eles prontamente responderam, dizendo que, se o fizessem, ninguém compareceria. Note-se que a intenção de evocar uma cultura – naturalmente a norte-americana, o Primeiro Mundo, o Poder *tout court* – era de tal modo evidente que não se levou em conta o fato de a própria palavra escolhida, *fantasy*, não possuir, na língua inglesa, significado equivalente ao da palavra *fantasia* em português, revelando, assim, que o objetivo era evocar uma realidade sócio-econômica.

Os exemplos poderiam suceder-se *ad nauseam*, pois somos acometidos de verdadeira avalanche de expressões inglesas ao lermos os jornais, ao caminharmos pelas ruas, ao entrarmos num centro comercial. Mas gostaria ainda de relatar mais um episódio que retrata de modo sugestivo a situação. Certo cantor brasileiro declarou, há algum tempo, em entrevista, não se sentir à vontade entoando suas músicas em português; afirmou ainda que achava a língua portuguesa muito feia e inteiramente inadequada para expressar canções de *rock*. Trata-se de uma manifestação explícita de repúdio à sua língua.

Ora, todo esse estado de coisas nos revela a situação melancólica de subserviência cultural, de adesão irrestrita à cultura do poder dominante, de incorporação do *modus vivendi* da metrópole, de identificação absoluta entre dominador e dominado. E não se pode deixar de lamentar pelo triste destino reservado a uma nação cujo povo já não se espelha mais nos valores de sua cultura, não se orgulha das obras legadas por seus antepassados, não sente a sublime beleza da musicalidade de sua língua.

Naturalmente que não se pode impedir o falante de empregar as expressões que julga adequadas para a manifestação do sentido que tem em mente, através de leis, decretos e regulamentos. Não se pode condenar ou proibir o uso de expressões estrangeiras sob a absurda alegação de que vão *corromper* a língua, empobrecê-la ou criar obstáculos para a comunicação.

Todavia, não apenas se pode mas também se deve criar na comunidade uma identidade de seus membros com seus valores, sua cultura, seu povo, sua língua. E isso só é possível se os sujeitos receberem a educação necessária para aprenderem a se identificar com e valorizar o conjunto de crenças, conhecimentos, ideais transferidos pela tradição através, sobretudo, da língua que falam.

Assim, a questão dos empréstimos, como já mostrava Mattoso Câmara Jr. em seu texto primoroso, não se esgota num problema exclusivamente lingüístico, atravessando o domínio dos mecanismos coercitivos, invadindo a consciência do *homo socialis*, ultrapassando a fronteira da História, para disseminar o espectro da hegemonia política.

De qualquer forma, ainda que correndo sempre o risco, próprio da atividade lingüística, de evocar a ideologia do Poder, é bom que o homem possa trocar objetos, experiências, emoções, palavras, pois, afinal, como diz Machado de Assis, *com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum*.

Referências bibliográficas

BIZZOCHI, Aldo. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Anablume, 1997.

- CÂMARA JR., J.Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. 4ª ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.
- COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. J. Mattoso Câmara Jr., 2ªed., Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971
- STURTEVANT, E.H. *Linguistic change: an introduction to the historical study of language*. 3ªed., Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- WALTER, Henriette. *A aventura das línguas no Ocidente: origem, história e geografia*. 2ªed., São Paulo: Mandarim, 1997.